

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

26 a 01 de julho de 1992 - Nº 48

ANGOLA: Chipenda desarruma o cenário político

A decisão tomada por Daniel Chipenda de afastar-se do bureau político do comité central do MPLA, e do cargo de diretor-geral da campanha do partido, foi comunicada oficialmente ao próprio comité-central através de uma carta, onde o antigo líder da revolta do leste apresenta suas razões para tal atitude. Entre as quais destacam-se o que Chipenda denominou de "falta de transparência na forma como foi decidida a escolha do candidato do partido às eleições presidenciais" e o fato "de não ter encontrado no seio da direção do partido o carinho que merecia".

Uma rápida revisão na trajetória política atribulada de Daniel Chipenda — desde o momento da efervescência da luta anti-colonial implementada pelo MPLA, até o seu retorno ao partido para dinamizar a idéia da "grande família MPLA", juntamente com as suas últimas declarações dos motivos pelo qual estava propondo um distanciamento deste partido — fazem com que esta nova atitude perca um pouco seu caráter surpreendente.

Chipenda acredita que a realização de um segundo turno para as eleições presidenciais seja algo inevitável e, desta forma, já elegeu como oponente o líder da UNITA, Jonas Savimbi. Certamente, o MPLA não tentará uma estratégia arriscada, em decorrência do curto tempo para as eleições, de lançar a candidatura de Chipenda, como balão de ensaio, para "roubar" parte do eleitorado de Savimbi. A ação independente desta candidatura teria por fim a desistência de Chipenda com o objetivo de tentar transferir a totalidade de seus votos para José Eduardo.

Na verdade esta atitude de Daniel Chipenda é fruto de uma avaliação das possibilidades internas e dos prováveis apoios externos que poderiam ser mobilizados em favor de sua candidatura. A partir desta avaliação o antigo líder da revolta do leste decidiu testar o seu grau de popularidade face à figura marcantemente MPLA de José Eduardo. A forma amável com que se referiu à candidatura de José Eduardo, mesmo após a ruptura com o MPLA, proporciona a idéia de que o inimigo maior

como o próprio Chipenda afirmou, é a UNITA, e que a posterior aliança com o MPLA é algo inevitável. Chipenda, provavelmente, não resistiu à tentação de alcançar uma posição na linha de frente da política angolana. (p. 01 e 06).

MB

NESTA EDIÇÃO:

A FLEC-FAC rapta 2 franceses e
2 angolanos em Cabinda
pp. 03 e 05

Entrevista de Daniel Chipenda ao Expresso
p.04

PAIGC inicia diálogo com a oposição
p.07

Entrevista do primeiro-ministro de São Tomé
e Príncipe, Norberto Costa Alegre, ao Público
p.11

Encontro Chissano-Dhlakama mercado
para 4 de agosto
p.08

ÁFRICA DO SUL: Possibilidade de retomada de negociações

Teve início a visita do enviado especial da ONU, o ex-secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance, que tem por objetivo contribuir para o restabelecimento das negociações entre o governo e o ANC, diminuindo o clima de tensão e violência vigente no país. Para tentar combater a violência o ANC solicitou uma audiência com o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, que demonstrara preocupação com a intensidade e o caráter étnico de que ela vêm se revestindo.

Por seu lado, o governo sul-africano, pressionado pelas manifestações de massa convocadas pelo ANC, pela firme postura adotada por este, dá sinais de que pretende adotar uma atitude conciliatória, fazendo algumas concessões, para que seja visibilizada a retomada das negociações nos quadros da CODESA (Conferência por uma África do Sul Democrática). Aparentemente, as forças políticas sul-africanas começaram a dar encaminhamento à solução da crise política, através do único recurso possível: o diálogo. (p.12).

FN

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

MOÇAMBIQUE: Enquanto os efeitos da seca e da fome se agravam, em Roma surge a perspectiva do cessar-fogo.

Diante da continuidade da guerra e da demora na fixação de normas para um acordo entre as partes, mais o país convive com suas infra-estruturas destruídas, seus laços familiares e com a terra esfacelados, com o crescente número de refugiados e esfomeados, etc. Talvez, o agravamento do tripé trágico - GUERRA, SECA e FOME - tenha sensibilizado as partes a tentarem um acordo de paz: parece não haver sequer sementes para a próxima semeadura. Esse quadro demonstra que a assistência humanitária e a cooperação serão imprescindíveis durante muito tempo a Moçambique, pois ao país serão necessários vultosos planos de reconstrução infra-estrutural.

Prever-se para 3 ou 4 de agosto o importante encontro, em Roma, entre Dhlakama e Chissano. Apesar da catastrófica situação interna moçambicana, as perspectivas suscitadas giram em torno da esperança e do ceticismo. A agenda do encontro discutirá um cessar-fogo definitivo ou, pelo menos, um cessar-fogo condicional. Na verdade, Chissano e Dhlakama, os observadores internacionais e os representantes governamentais chegam próximo a este encontro com muitas questões em aberto.

Cabe-nos, minimamente, esperar que o mesmo marque uma nova fase nas negociações, pois a seca, a fome, as mortes... estão avançando. Por sinal, seus ecos, com certeza, estão impondo urgência e decisão na resolução das discórdias entre os homens. (pp. 8-10). EB

CABO VERDE: Nova constituição em discussão.

Iniciou-se no dia 20/07 a sessão extraordinária do Parlamento cabo-verdiano que irá votar a nova constituição do país. O PAICV, que dirigiu Cabo Verde até o início de 1991, vem manifestando sua insatisfação com a forma pela qual o MPD, partido no poder, vem conduzindo os debates. Como o MPD tem maioria absoluta no Parlamento (56 entre 79 deputados; o PAICV tem 22), o partido do primeiro-ministro Carlos Veiga aparenta ter condições para impor seu projeto, que tem um cunho marcante parlamentarista. Todavia, as resistências encontradas entre deputados do MPD a este sistema podem tornar a aprovação do projeto defendido pela direção do partido problemática, posto que, mesmo possuindo a maioria necessária, "basta ao MPD perder o controle de três dos seus deputados para ver o projeto inviabilizado", como recorda o correspondente do Público em Praia, José Vicente Lopes. (p.7). FN

A ruptura definitiva com o MPLA

António Matos,
em Luanda

Chipenda parece decidido a candidatar-se à Presidência da República, intenção que a confirmar-se significará uma ruptura definitiva com o MPLA e terá consequências sobre o próprio desfecho das presidenciais. Um novo facto político que animará o período pré-eleitoral.

Daniel Chipenda, figura "histórica" do MPLA, é aguardado amanhã em Luanda, onde deverá apresentar publicamente a sua candidatura às próximas eleições presidenciais, marcadas para 29 e 30 de Setembro.

Depois de ter pedido,

quinta-feira, a suspensão do Bureau Político do Comité Central do MPLA — órgão que passou a integrar no passado mês de Maio — e do cargo de director da campanha eleitoral do partido governamental, Daniel Chipenda prepara-se para formalizar uma "candidatura independente" à Presidência da República.

A concretizar-se, esta decisão de Daniel Chipenda significará uma "ruptura" com o partido em que se destacou nos anos 60 e 70. "Se se confirma a sua candidatura, conforme panfletos que correm aqui por Luanda, vai ter de se desvincular do MPLA. Aí haverá ruptura", disse o secretário para a informação do MPLA, João Lourenço, em entrevista ontem publicada pelo "Jornal de Angola".

Para o porta-voz do partido no poder, Daniel Chipenda "não foi frontal" ao não expor as suas posições e os seus argumentos na reunião do bureau político em que

participou. O líder da revolta de Leste invocara "falta de transparência" na forma "como foi decidida a escolha de candidato do partido às eleições presidenciais angolanas". João Lourenço coincide, por seu lado, que "as razões apresentadas" não são fundamentais "para levar um político sério a abandonar o partido".

Chipenda queixou-se ainda, na carta que dirigiu ao partido pedindo a sua suspensão dos cargos que desempenhava, "de não ter encontrado no seio da direcção do partido o carinho que merecia" e da falta de definição do seu papel na direcção da campanha eleitoral, que não chegou a assumir efectivamente.

FDA abre as portas

O Fórum Democrático Angolano (FDA) declara-se, entretanto, disponível para acolher Daniel Chipenda, hipótese considerada pouco

provável pelos observadores em Luanda. Assis Malaquias, vice-presidente do FDA, afirmou que o seu partido "não se está aberto a esta possibilidade como também estaria honrado" com o facto de Chipenda poder vir a ingressar nas suas fileiras.

Este cenário afigura-se, contudo, pouco provável, até porque para a formulação da candidatura à presidência não é necessário o apoio de um partido, sendo suficiente a apresentação de cinco mil assinaturas. Admita-se, aliás, em Luanda, que este processo estaria já em curso e que os contactos mantidos por Daniel Chipenda em Marrocos e Portugal se destinaram a negociar apoios políticos e financeiros à sua candidatura.

O prazo de apresentação de candidaturas às eleições legislativas e presidenciais termina no próximo dia 29, altura em que se deverá registar uma tringena significativa nos cerca de 30 partidos entretanto perfilados.

A luta pela sobrevivência

ALDO TRINDADE

DANIEL CHIPENDA, 61 anos, não surpreendeu quem conhece o seu percurso, ao abandonar o Bureau Político do Comité Central do MPLA e a direcção da respectiva campanha eleitoral, apenas dois meses depois de ter assumido essas funções. Possuidor de um passado político que o levou do MPLA à FNLA e à UNITA, o seu regresso ao partido governamental, depois de uma longa travessia no deserto em Portugal. Desde cedo despertou grandes interrogações.

Figura "histórica" do MPLA — ainda estudante em Coimbra dirigiu uma das "grandes fugas" colectivas de militantes de Portugal e durante a guerra contribuiu em várias frentes, designadamente nas de Cabinda e do Leste — Daniel Chipenda liderou em 1974 a chamada "Revolta do Leste", capitalizando o descontentamento dos guerrilheiros em relação à direcção de Agostinho Neto, a quem disputou a presidência do movimento no célebre congresso de Luanda, neste mesmo ano, considerado uma das "páginas" mais confusas e turbulentas da história do MPLA.

Regressa a Luanda, como "vice-presidente" de um movimento em crise, abrindo algumas delegações da denominada "facção Chipenda" que seriam arrastadas pelos combatentes fiéis a Neto, logo no início dos confrontos entre os dois movimen-



tos (UNITA, MPLA e FNLA) signatários dos acordos do Alvor. A sua primeira ruptura com o MPLA estava consumada.

Associou-se depois à FNLA, inicialmente ainda como "facção Chipenda". Seguiu-se um processo subterrâneo que se confundiu na Guerra Civil em Luanda (que após sobretudo o MPLA e a FNLA) e culminou com a retirada de Holden Roberto do teatro de guerra. No fim de contas, a UNITA e a

FNLA proclamam a 11 de Novembro de 1975 uma outra República, de curta duração, que para a altura entre os dois, que termina com sangrentos confrontos, cedeu pela chegada em 1976 das tropas governamentais.

Em Portugal, passa por dificuldades financeiras e admite mesmo que, entre 1979 e 1980, recebeu dinheiro de Jonas Savimbi. A sua sobrevivência política tem ainda um hábito de regresso na "Convergência Democrática", de que toma a iniciativa como forma de congregar todas as forças hostis ao MPLA e à prossecução cubana em Angola.

Ganha, todo isso, as simpatias da UNITA, interrompidas com o renome do partido no poder, que o reintegra como embaixador de Angola no Cairo nos finais de 80 e a protagonizar, já este ano, o movimento para a reunificação "da grande família" do MPLA, que o leva ao congresso de Maio ao Bureau Político do Comité Central do partido.

A sua sobrevivência política está agota, mais do que nunca, em causa. Caso se confirme a sua candidatura presidencial, que é provável para um homem que nunca deixou de ser segundo figura, Chipenda junta-se a Holden Roberto na categoria das "intruzas" nesse círculo que irá, certamente, ser polarizada em Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, e A.J.

Daniel Chipenda ao PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 25 JULHO 1975

“Quero ser a ponte entre o MPLA e a UNITA”

Jorge Heitor

Daniel Júlio Chipenda, de 61 anos, herói de muitas aventuras angolanas, diz agora que prefere ver-se numa função suprapartidária, mesmo mais como estadista do que como dirigente dum partido. E que dentro de uma semana poderá decidir-se, em definitivo, se será ou não candidato à Presidência da República.



Um dos fundadores do MPLA, Daniel Chipenda, em Luanda, Angola.

“**A**ntes de mais nada, o que pretendo é o consenso nacional. Quero ser a ponte entre as direcções do MPLA e da UNITA. Tal como ajudei a unir a família do MPLA, quero agora ajudar a unir a nação”, declarou ontem ao PÚBLICO, pouco depois de ter chegado a Portugal, um dos fundadores do Movimento Popular de Libertação de Angola, Daniel Chipenda, visto em alguns meios como

eventual candidato à chefia do Estado.
“Deixei uma carta ao Comité Central a pedir a minha desvinculação das funções de director-geral da campanha e a suspensão temporária do meu lugar no Comité e no Bureau Político. As coisas não foram muito insuperáveis e não queria participar numa ‘farsa’”, afirmou-nos o antigo guerrilheiro, que se quisou de

não ter tido toda a responsabilidade do lugar para quem houvera nomeado: “Devia ser o executor.”
Daniel Chipenda admitiu que no seu regresso a Luanda, dentro de cinco ou seis dias, poderá lançar uma candidatura independente à Presidência de Angola, conforme a reacção que, entretanto recolher a esta ideia por parte de pessoas tanto den-

tas do MPLA quanto do outro partido.
“Queria que as coisas não se aliar e exemplo de transparência. Até para José Eduardo dos Santos teria sido difícil que se tivessem realizado reuniões ao nível do Comité Central. Mas não houve debate. Não foi bem isso que me obrigou a sair, mas acelerou o processo”, prosseguiu o controverso político, do qual al-

guns comentadores têm dito que não sabe ser uma segunda figura.

Campanha de espera

“Se defendo a democracia, é para todos. Que eu esteja tão bem no MPLA como na UNITA, tenho perguntas de ambos os lados. Devíamos esperar um pouco a bipolarização. Não tenho dúvidas de que arrancarei votos tanto de um lado como do outro. Mas não quero ficar aqui em Portugal a afirmar de que me vou candidatar. Tudo dependerá de como se desenvolver a situação em Luanda”, disse-nos Chipenda, que alegou ter muitas dúvidas de Jesus Sarmento, mas não dos militantes da UNITA.

Quando interrogado sobre o que poderá resultar de sua actual situação voluntária de militância no MPLA, se qual voluntária oficialmente há poucos meses (se regressará ou se se absteve de isso), respondeu: “Quando se quer fazer política acredita-se os compromissos de espera.”
Não creia que haja já tempo de formar um novo grupo político especificamente para apoiar uma sua possível candidatura

presidencial, mas admite que “no caso de (a mesma) vencer” possa vir a surgir no futuro uma nova força política, sob a sua égide.

Para si, que passou pela capital marroquina a caminho de Lisboa e que na quinta-feira vai até Paris, antes do regresso a Angola, “tudo se despoletará a partir deste momento”, com vista ao desejado “consenso nacional”.

Acerca de Cabinda, Daniel Chipenda, que lá combateu, durante a luta pela independência de Angola, afirmou ao PÚBLICO que a situação se está a agudizar porque “nunca o diálogo foi orientado dentro de um contexto objectivo: A entidade própria de Cabinda é uma realidade. Há que fazer todos os esforços para que a nossa convivência com o povo de Cabinda não seja discriminatória. É preciso falar com Nzita (Nzita Tago, fundador do FLEC)”.

A acrescentou, porém, que se começam a alterar-se as fronteiras reconhecidas na carta da OUA haverá uma “onda paralisadora” a varrer a África.

Em Luanda, entretanto, já começou a correr um panfleto intitulado “Daniel Chipenda, luta pela unificação da nação angolana” e o prazo para a apresentação de candidaturas individuais à Presidência da República expira no dia 29 deste mês.

UNITA formaliza candidatura de Savimbi

António Matos,
em Luanda

Chipenda afirma ser o único que se pode opor a Jonas Savimbi, cuja candidatura presidencial foi ontem formalizada em Luanda, na sua ausência. Já na contagem decrescente para as eleições, Cohen e Darão Barroso visitam Angola na próxima semana.

A UNITA formalizou ontem a candidatura de Jonas Savimbi às eleições presidenciais marcadas para os próximos dias 29 e 30 de Setembro. O secretário da UNITA para os Negócios Estrangeiros, Abel Chivukuvuku, entregou o processo de candidatura no Tribunal Popular Supremo, em Luanda.

Jonas Savimbi, presidente da UNITA, não esteve presente à formalização da sua candidatura, realizada no fim da manhã de ontem na capital

angolana. "Não era imperioso que o dr. Savimbi estivesse cá. Estamos a dar prioridade ao contacto directo do candidato com os eleitores", explicou Abel Chivukuvuku, designado no dia 21 de Julho, pela direcção do partido, mandatário do candidato presidencial. Savimbi encontra-se na província do Bié, onde permanecerá até amanhã.

Savimbi, que no próximo dia 3 de Agosto completa 58 anos, foi o primeiro a formalizar a candidatura às eleições presidenciais, depois de José Eduardo dos Santos, actual Presidente da República, Holden Roberto, presidente da FNLA, e Daniel Chipenda, dissidente do MPLA, terem já anunciado igual intenção.

Chipenda contra Savimbi

Daniel Chipenda, que a semana passada se demitiu dos cargos de director da campanha eleitoral e do Bureau Político do Comité Central do MPLA, afirmou entretanto que Jonas Savimbi é um adversário "perigosíssimo". Em entrevista à agência angolana

Angop, o líder da "Revolta de Lesta" disse que "nunca houve uma situação mais favorável para derrotar a UNITA", acrescentando: "A democracia só vingará se conseguirmos realmente combater Savimbi".

Para Chipenda, a UNITA "pretende uma bipolarização para a qual o MPLA tem estado a contribuir", assumindo-se ele próprio como o único político

em capaz de evitar esse cenário: "Não vejo em Angola mais ninguém com potencial científico para barrar esta situação".

O ex-director da campanha eleitoral do MPLA, que tem produzido nos últimos dias várias afirmações consideradas contraditórias pelos observadores em Luanda, admitiu ainda em entrevista à TSP, em Lisboa, a possibilidade de

apojar José Eduardo dos Santos, caso venha a desistir da sua candidatura presidencial.

O prazo de apresentação das candidaturas às eleições presidenciais e legislativas de 29 e 30 de Setembro termina na próxima quarta-feira.

Hoje, no Bié, a UNITA promove uma reunião da Comissão Política, alargada aos representantes provinciais, para elaboração das listas de candidatos às legislativas, cuja entrega no Tribunal Popular Supremo está prevista para segunda-feira. Uma segunda-feira está também marcada para uma reunião magna da FNLA, com a mesma finalidade. Recordar-se que até este momento estão legalizados 12 partidos em Angola.

Barroso e Cohen no balanço do registo

O secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Darão Barroso, e o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, assistem no próximo dia 31 à reunião em que o Conselho Nacional Ele-

toral fará o balanço do registo. Os dois governantes dos países observadores do processo de paz em Angola chegam a Luanda no dia 30 de Julho, para aquela que se prevê venha a ser a sua última visita antes das eleições. Como habitualmente, Cohen e Barroso vão encontrar-se com os signatários dos acordos de Bicesse, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

O registo eleitoral, que se previa viesse a estar concluído no dia 31 de Julho, deverá, entretanto, prolongar-se até meados de Agosto, dadas as dificuldades logísticas com que se têm deparado as brigadas. O número mais insistente-mente referido de eleitores a registar é de quatro milhões, que o director-geral das Eleições, Onofre dos Santos, considera ser possível atingir.

Em Washington, o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, Margaret Anstee, apelou na quarta-feira à comunidade internacional que apoie rapidamente a actual fase do processo eleitoral no país, nomeadamente com apoio de transporte aéreo, tendas, alimentos e medicamentos.

FLEC contra FLEC

O RAPTO de quatro pessoas (dois franceses e dois angolanos) reivindicado em Kinshasa pelo porta-voz do fundador da FLEC-FAC, Nsita Tiago, não tem nada a ver com o programa político-diplomático e militar do Conselho Superior de Coordenação da Frente de Libertação de Esclavo da Cabinda, diz o secretário-geral desta organização, Francisco Pese Bambi, num comunicado distribuído ontem em Paris. Bambi reivindica o apoio para a sua organização de duas das três facções armadas com actuação no enclave — a FLEC-Renovada, de Tibárcio Luemba, e a FLEC-Labota, sob o comando de Inácio Kivila — e chama a atenção para o facto de os raptos da FLEC-FAC não terem sido reivindicados pelo seu chefe de Estado-Maior, Victor Gomes, sugerindo a existência de divergência naquela força independentista. Ponte Cabinda disse, entretanto, ao PÚBLICO que as autoridades francesas deram 48 horas a Nsita Tiago, que reside em Paris, sujeito a tratamento médico, para explicar as razões dos raptos.

Daniel Chipenda

«É necessário um candidato suprapartidário»

Nicolas Guardião

EXPRESSO — Você escolheu dirigir a campanha do MPLA para as eleições legislativas. De repente, mudou-se e anunciou a sua candidatura ao presidencialismo. Porquê?

DANIEL CHIPENDA — Sou um legislador de legislação democrática e não a burocracia de democracia socialista. Por isso, não lidero a campanha do MPLA. Mas não é preciso decidir no mesmo tempo as legislativas e as presidenciais as eleições presidenciais.

EXP. — Mas que candidato?

D. C. — Antigo-se a uma candidatura bipartidária, a uma tendência para permitir a campanha em nome dos eleitos dos dois partidos.

O MPLA e a UNITA estiveram envolvidos numa guerra civil. Não podem ser garantias de uma verdadeira mudança, nem de que, após as eleições, haverá democracia e respeito por todos os partidos. Como será possível se o Presidente for suprapartidário. Resolve-se o problema de mudança de governo de forma democrática?

EXP. — Porquê é que decidiu abandonar o General Eduardo dos Santos e Joseph Savimbi?

D. C. — Savimbi não tem projeto político, não nacional. Eduardo dos Santos é quem quer ser um candidato nacional, mas não é um candidato nacional de um partido. O Sr. deve ser uma figura de consenso, capaz de garantir a paz e a estabilidade.

EXP. — Com que partido vai?

D. C. — Não posso dizer. Não é o meu partido. Não posso dizer. Não é o meu partido.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — De que sector em particular?

D. C. — Da direcção. Em todas as partes onde esteve em campanha recebi apoio muito entusiástico dos militantes, da população.

EXP. — Todos os candidatos esperam ganhar...

D. C. — Há candidatos comunistas e candidatos arrojadados.

EXP. — É um candidato arrojado?

D. C. — Sou um candidato socialista.

EXP. — Aposta numa segunda volta?

D. C. — Com certeza.

EXP. — Contra quem?

D. C. — Savimbi, naturalmente.

EXP. — E espera que Eduardo dos Santos o apoie na segunda volta?

D. C. — Absolutamente. Não vai ser alternativa. De acordo com o que o apoio da população é muito grande.

EXP. — A UNITA é o maior partido?

D. C. — Sem dúvida.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

EXP. — Quando é que se vai decidir no FR?

D. C. — Não sei. Não sei.

Hiper inflação em Angola

O ÍNDICE angolano de preços ao consumidor registou um agravamento de 7 por cento entre Maio para Junho deste ano.

O aumento anual em relação a Junho de 1991 cifrou-se em mais de 220 por cento.

O boletim do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), refere que o índice foi deflacionado sobretudo pelo au-

EXPRESSO, SÁBADO 25 DE JULHO DE 1992

mento de preços nos grupos de consumo de bens e serviços, alimentação e educação. A variação percentual acumulada de Junho de 1991 a Junho deste ano foi de mais de 220, segundo o INE.

De agravamentos percentuais de preços foram de 493 no mobiliário, 402 na educação, cultura e recreio, 299 em bens e serviços avulsos, 224 na alimentação, bebidas e tabaco, 200 na saúde e serviços médicos, 114 na habitação, combustíveis e electricidade e 68 no vestuário e calçado.

POLÍCIA BETA-PERNA, 24 JULHO 1992

Polícia angolana mostra alegado "autor moral"

A POLÍCIA angolana mostrou ontem imagens televisivas de uma pessoa identificada como "Gihepele", que seria, alegadamente, o autor moral do assassinio de sete portugueses, no dia 25 de Abril, na praia de São Brás, 100 quilómetros a sul de Luanda. As imagens, segundo noticiou a agência Lusa, foram extraídas de uma reportagem feita pela televisão angolana há 12 dias, na Jamba, o quartel-general da UNITA, durante a libertação de 30 presos de guerra do Governo ainda em posse daquele partido. Consta que a polícia terá dados complementares sobre "Gihepele", a quem caberia "trabalhar" os presos de guerra regressados à alçada do Governo e do MPLA. "Gihepele" foi localizado mediante um retrato "robot" e identificado por dois dos três alegados autores do massacre.

DEPOIS DE UM DIVORCIO AMIGAVEL DO MPLA

A corrida de Chipenda

Gustavo Costa em LUANDA

A APRESENTAÇÃO formal, na quinta-feira, ao Tribunal Constitucional, da candidatura de Jonas Savimbi à presidência e o início, ontem, de uma campanha política do Presidente Eduardo dos Santos nas províncias de Huambo e Bié poderão ser sinalizados a arranques de campanha eleitoral em Luanda.

Entretanto, a saída de Daniel Chipenda da direcção do MPLA e o anúncio de que irá candidatar-se à Presidência como independente criaram, nos quatro dias do fim de prazo de formalização das candidaturas presidenciais, um ambiente de expectativa e fizeram subir a temperatura no seio do partido governamental, que parece ter já pontos de vista para as legislativas.

No centro do país, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi poderão viver o primeiro beijo de casamento indirecto logo a presença simultânea no III, onde a Comissão Política da UNITA deverá apresentar os nomes das suas candidaturas às legislativas. Para alguns observadores, a presença dos dois líderes representa o primeiro passo para o fim da guerra em Angola.

Estima-se que a presença dos dois líderes simultaneamente em Luanda poderá ser o primeiro passo para o fim da guerra em Angola.

O regresso de Chipenda a Luanda poderá, contudo, alterar o cenário eleitoral. Chipenda, antes de se divorciar do partido, tinha apoiado a candidatura de Jonas Savimbi à presidência.

Chipenda, antes de se divorciar do partido, tinha apoiado a candidatura de Jonas Savimbi à presidência. O regresso de Chipenda a Luanda poderá, contudo, alterar o cenário eleitoral.

FLEC rapta mais quatro

A FLEC-FAC, de Naita Henriques Tiago, raptou na semana passada, na fronteira de Cabinda com o Congo, dois franceses e dois ingleses, mantendo três deles num acampamento em Belize, Norte do território, disse uma fonte oficial congoleza à agência Lusa. Os quatro homens foram interceptados por guerrilheiros de Naita Tiago — líder da facção armada considerada mais importante do movimento independentista — quando se dirigiam à capital do enclave para instalarem umos numa padaria. A FLEC-Renovada, de Tibúrcio Luemba — outra das três facções armadas que actuam no território —, libertou no passado fim-de-semana quatro empregados de uma firma portuguesa de construção, capturados no passado fim de semana na zona de Cabinda. Em declarações divulgadas na edição de ontem do PUBLICO, Naita Tiago ameaçou prosseguir a guerra se Angola não retirar do enclave, ao mesmo tempo que o secretário-geral do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, de cujo colégio presidencial Tibúrcio Luemba faz parte, exigiu o reconhecimento por parte de Portugal de que o III Governo provisório cometeu excesso territorial sobre Cabinda, ao permitir a anexação do enclave por Angola.



"Basquete" angolano na antecâmara do sonho

Nelson Veiga,
em Barcelona

Poderia pensar-se que os basquetebolistas angolanos malizem a sua sorte por terem hoje que enfrentar "a equipa de sonho" dos EUA. Nada mais errado. Eles estão ansiosos por jogarem com os seus ídolos e poderem, mais tarde, contar a história.

A EQUIPA de basquetebol angolana vive na antecâmara do sonho. Hoje, graças aos caprichos do sorteio, cabe-lhe a suprema honra de ser a primeira vítima do conjunto de estrelas da NBA que firmam a selecção dos Estados Unidos.

"Estamos todos muito entusiasmados, emocionados mesmo, com a oportunidade que se nos abriu de defrontar a melhor equipa do mundo", confessou-nos ontem o técnico angolano, Vitorino Cunha, enquanto esperava, à porta da aldeia olímpica, um transporte que conduziase os seus jogadores ao derradeiro treino antes da ambicionada "première" (15h30 de Portugal com transmissão directa garantida em vários canais estrangeiros de televisão).

"O único facto de sermos os primeiros a defrontar uma equipa da NBA nuns Jogos Olímpicos vai fazer-nos entrar na história do basquetebol", diz Vitorino Cunha, que no entanto pretende que essa entrada se faça pela positiva. Não cumam a vitória, que isso não estará ao alcance de qualquer formação deste planeta, mas através de uma "boa exibição" e de um resultado honroso que, na opinião do técnico angolano, será "inferior menos de 120 pontos e não perder por mais de 45 de diferença".

Com seis jogadores que actuam em equipas portuguesas, entre os quais os benfiquistas

José Carlos Guimarães e Jean-Jacques, a formação angolana está já desfalçada de Ivo Alfredo, um dos seus mais categorizados elementos, regressado a Luanda com um ataque de varicela. Vindos dos EUA, onde realizaram um estágio de 18 dias com 9 jogos disputados (5 vitórias e 4 derrotas), os basquetebolistas angolanos, segundo o seu treinador, estão num "momento muito interessante" de forma, embora não alimentem outras esperanças que não sejam "mostrar um comportamento digno".

"O sorteio colocou-nos num grupo em que uma vitória só poderá acontecer por milagre. No outro grupo há equipas do nosso nível, como a Venezuela, mas os nossos adversários directos estão todos muito furios acima, casos da Croácia, Alemanha, Espanha e Brasil", explica o técnico angolano, que não atribui grande importância ao facto de metade dos seus jogadores actuarem no estrangeiro: "Eles jogam juntos há quase dez anos, conhecem-se bem e o jogo de conjunto afina-se rapidamente".

Mais problemático é o desenvolvimento da modalidade em Angola: "São as dificuldades próprias de um país saído da guerra", concluiu Vitorino Cunha, um técnico português há 17 anos radicado em Angola e que se considera já angolano.

A confirmação de que o Angola-EUA de hoje será o acontecimento do dia é dada pelo interesse e espaço que toda a imprensa catalã de ontem concedeu ao jogo. O tom dominante era de grande simpatia pela formação angolana, uma equipa desconhecida que servirá de paróquia para o aquecimento das grandes estrelas norte-americanas. Curiosa a comparação que o articulista do "Observer" fazia para diferenciar o potencial das duas formações: "O melhor jogador angolano é Jean-Jacques, que actua no campeonato português e ganha cerca de 800.000 pesetas mensais, enquanto Larry Bird, por exemplo, embolsou nas duas últimas épocas mais de 800 milhões de pesetas". Palavras para quê? »

Deputados divergem sobre visita a Angola

UMA EVENTUAL deslocação a Angola de uma delegação parlamentar portuguesa por ocasião das próximas eleições naquele país está a causar divisões entre os deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros, em particular entre os do PS e do PSD, que divergem quanto à necessidade ou não de um convite prévio das autoridades angolanas.

Embora uma visita a Angola conste do programa de trabalhos da Comissão aprovado no início do ano parlamentar, os socialistas democratas entendem que os deputados só deveriam deslocar-se a aquele país em período eleitoral na sequência de um convite, enquanto o PS tem vindo a defender que deveria ser o Parlamento português a ter a iniciativa.

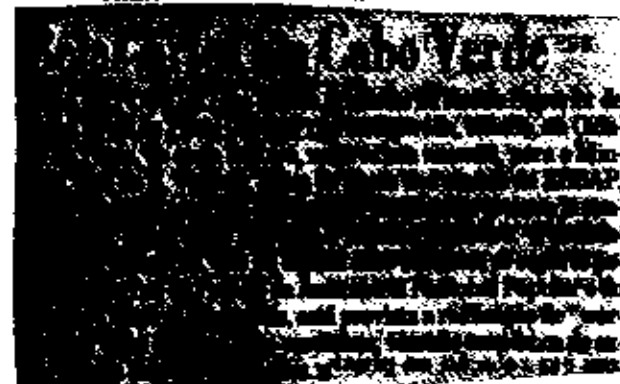
Marques da Costa é o rosto socialista desta proposta e Pacheco Pereira tem movimentado as esveltas pelo lado do PSD, alegando ser muito delicado do ponto de vista diplomático promover uma deslocação a Angola de deputados portugueses que ali surgiriam na qualidade de observadores, sem que para tal tenham sido previamente convidadas pelas autoridades do próprio país.

Nesse sentido, o vice-presidente da maioria incumbiu António Maria Pereira de investigar em que circunstâncias é que similares delegações parlamentares portuguesas compareceram em Cabo Verde e em São Tomé precisamente por ocasião das eleições naqueles países. É precisamente esse paralelo que é invocado por Marques da Costa em defesa da sua proposta, mas o PSD não parece disposto a ceder a comparações que considere precipitadas, dada a especificidade da situação que se vive em Angola e que muitos socialistas democratas da Comissão consideram ser "de extrema sensibilidade a qual quer gesto exterior".

O exemplo da recentemente atribuída passagem em Luanda do socialista António Barreto, bem como alegadas dificuldades em torno de uma missão de cooperação da Gulbenkian em Angola são apontados por deputados da maioria para justificar que "Portugal não pode actuar como actuariaria em relação a um qualquer país europeu em período eleitoral". O assunto deverá voltar a ser analisado na Comissão Parlamentar na próxima semana. »

Ângelo Silva

EDUARDO DOS SANTOS E SAVINHA NO IRIÉ — Os dois principais líderes da cena política angolana, James Savinha e Eduardo dos Santos, que em 31 de Maio de 1991 assinaram, no Estoril, os acordos de paz, vão realizar sábado actividades políticas em simultâneo na cidade do IRIÉ, província do mesmo nome, no coração de Angola. Savinha, que desde hoje preside na mesma cidade à reunião da Comissão Política dirigida da UNITA para a elaboração das listas de candidatos às eleições de Setembro (ver pág. 12).



Cabo Verde tem nova bandeira

José Vicente Lopes
na Cidade da Praia

Cabo Verde já tem nova bandeira, mas o PAICV não quer uma nova Constituição, preferindo uma simples revisão constitucional. Por isso, não intervém nos debates do projecto constitucional apresentado pelo MPD; e que visa reforçar os poderes do Parlamento cabo-verdiano.

Perante o voto de silêncio do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), decorre desde segunda-feira na Cidade da Praia a sessão extraordinária do Parlamento que vai aprovar o novo texto constitucional; e que já ontem aprovou nova bandeira e novas armas para o país.

O silêncio do partido que até ao início do ano passado governou o arquipélago pretende ser um protesto à forma como o Movimento para a Democracia (MPD) tem conduzido o processo.

Para o líder dos deputados do PAICV, Aristides Lima, "está-se a utilizar um processo que não é normal para se fazer uma revisão constitucional, o que é um precedente muito grave"; e o seu partido não pode pactuar com um "grê-e de estado constitucional".

Quanto a José António dos Reis, líder da bancada do MPD, "o PAICV não tem razão nem tem argumentos para sustentar os seus credíveis a sua atitude" e o partido governamental tudo fez para que a Oposição participasse no processo.

Curiosamente, o ponto de fricção entre os dois partidos anda à volta da data a dar ao texto que os deputados vão aprovar dentro de três ou quatro semanas. Enquanto o PAICV defende que, por se tratar de uma revisão, se deve manter a data-matriz da Constituição, aprovada em 1980, para o MPD a Constituição que os deputados vão aprovar não tem a ver com a lei ainda em vigor.

Apesar das tentativas de conciliação, as duas partes não conseguiram chegar a um acordo, pelo que o PAICV decidiu, como forma de protesto, não participar nos de-

bates, mantendo-se contudo os seus deputados presentes no plenário. Esta posição tem sido criticada pelo MPD, que vê nisso mais uma atitude desestabilizadora do seu rival.

A proposta constitucional do PAICV não foi admitida a debate por não contar com as assinaturas de, pelo menos, um terço dos deputados.

Eleitos em Janeiro do ano passado, o MPD possui 56 dos 79 deputados, cabendo apenas 22 ao PAICV e sendo o restante um independente, que se afastou desse partido logo no início da legislatura.

Esta sessão parlamentar reveste-se de particular importância para a História de Cabo Verde porque é o culminar do processo de mudança política iniciado em Fevereiro de 1990. Foi nessa altura que o PAICV — então considerado "força dirigente da sociedade cabo-verdiana" — decidiu aceitar as reformas políticas que acabariam com 15 anos de partido único.

Independentemente da participação ou não do PAICV nos debates, a sessão poderá conhecer momentos animados, dado que está em jogo o futuro quadro jurídico-constitucional em que o país irá mover-se. E um dos pontos mais polémicos continua a ser a definição do sistema de Governo.

Enquanto a maioria dos dirigentes do MPD defende um modelo em que o Parlamento passe a ser o centro vital do Poder, com o Governo a ter um papel mais relevante do que o Presidente da República, há sinais de que nem todos os deputados ficaram convencidos da eficiência de tal sistema.

No decorrer do debate na generalidade, na segunda-feira, o deputado Amândio de Carvalho — tido como porta-voz da Igreja Católica no Parlamento — apresentou as suas reservas em relação a esse ponto, para além de continuar a defender a proibição constitucional do aborto.

Apesar de possuir maioria qualificada, basta ao MPD perder o controlo de três dos seus deputados para ver o projecto inviabilizado. Deste modo, o "suspenso" da sessão reside em se saber como irão comportar-se os deputados que se têm mostrado reticantes em relação a certos aspectos consignados no projecto constitucional patrocinado pelo primeiro-ministro Carlos Veiga.

PAIGC em diálogo com a oposição

PERANTE a ameaça de endurecimento de "formas de luta" por parte da oposição, o PAIGC, o partido há 18 anos no poder na Guiné-Bissau, decidiu finalmente dialogar directamente com os partidos legalizados desde 1991.

A perspectiva sombria que se desenhava de "acções de rua e greves" dissipou-se, pelo menos por agora. Os seis partidos da oposição legalizados e o PAIGC sentaram-se pela primeira vez à mesa e no fim consideraram haver condições para que o bom senso prevaleça. Helder Vaz, do Movimento Bafatá, diria aos jornalistas que "o diálogo imperou e a Guiné está de parabéns".

Na agenda constava uma proposta que o "Fórum Democrático" — espaço de concertação da oposição — havia formulado na primeira semana de Maio e que exigia o início do diálogo directo e a criação de uma comissão nacional multipartidária, cuja atribuição fundamental seria a criação dos consensos necessários a uma transição pacífica para a democracia. O PAIGC, que inicialmente reagira mal a esta proposta, nos encontros desta semana, tidos no Ministério da Cooperação, em Bissau, acabou por dar o seu acordo, podendo porém ressalvas na designação e no tempo de duração da referida estrutura.

Na óptica da oposição, a estrutura a criar deverá ter competência para analisar a lei eleitoral, e a lei do recenseamento eleitoral e remeter uma proposta única à Assembleia Nacional Popular (Parlamento), para efeitos de ratificação e publicação. A revisão constitucional deverá ainda ser feita neste quadro antes de chegar à Assembleia.

Problemas económicos

A braços com graves problemas económicos e financeiros, a Guiné-Bissau não se pode permitir uma situação de conflitos sociais, sob pena de ver fechar-

se-lhe as últimas portas... É que os principais parceiros de Bissau associam e fazem depender a questão da ajuda e cooperação económicas à necessidade de uma real democratização da sociedade guineense.

Ainda há poucos dias, o governador do Banco Central, Luís Cândido Ribeiro, lançou o alarme dizendo que se o Banco Mundial não libertar a terceira "tranche" para a ajuda ao Programa de Ajustamento Estrutural, a comercialização dos produtos agrícolas ficará bloqueada e a campanha agrícola comprometida.

A insolvência da economia guineense impede o Governo de "Nino" Vieira de satisfazer os compromissos. Assim, os programas de cooperação têm poucas hipóteses de continuidade. Por exemplo, o acordo de arranjo monetário, firmado com Portugal, quando da visita a Bissau do primeiro-ministro Cavaco Silva, em Março do ano passado, pode vir a ser denunciado, caso o Governo guineense não pague uma dívida no valor de 630 mil contos. O prazo para o pagamento terminou no mês passado.

Face às dificuldades sentidas a nível da cooperação económica, o PAIGC tem vindo a acusar a oposição de incentivar os parceiros da Guiné-Bissau a não conceder ajuda ao país, como forma de apressar o seu Governo.

Entretanto, a Bissau regressou ontem o líder da Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné (FLING), François Karibula Mendy, que há pouco de 40 anos se exilava, nos tempos da administração colonial, tendo desde então vivido a maior parte do tempo na Gâmbia.

Por outro lado, em Lisboa, o presidente do Movimento Bafatá, Domingos Fernandes Gomes, assinalou como uma confirmação e uma recepção o sexto aniversário daquele partido, que também se intitula "Resistência da Guiné-Bissau".

No fim deste ano — ou no princípio de 1993 — os guineenses deverão ir às urnas, a fim de eleger o Presidente da República e os deputados, pela primeira vez de entre uma pluralidade de listas.

José Artur Silva,
em Bissau

O encontro

Samia Vieira Núcio em ROMA

JOAQUIM Chissano, e Afonso Dhlakama, vão reunir pela primeira vez no próximo dia 3 de Agosto em Roma, para procurarem, frente-a-frente, fórmulas de entendimento que ponham termo à guerra que destruiu completamente o país, causando mais de um milhão de mortos e dois milhões de refugiados nos países vizinhos.

O encontro confirmado ao EXPRESSO pelo ministério italiano dos Negócios Estrangeiros, constituirá uma assinalável vitória diplomática da Renamo, que vem assumindo a paternidade da iniciativa. Para Afonso Dhlakama, esta cimeira é uma oportunidade para reforçar a sua projecção internacional como líder empenhado na busca da paz.

A mediação italiana, não esconde o seu desagrado com esta iniciativa paralela que pode ser entendida como uma crítica às dificuldades de persuadir as partes a assinarem um acordo de paz.

Joaquim Chissano condicionava esta cimeira a um avanço negocial que abrisse caminho a um cessar-fogo ou pelo menos uma trégua alargada de seis meses; porém a falta de progressos sobre questões militares, torna difícil o acordo. Não é pois fácil avaliar quais as contrapartidas recebidas por Chissano do Presidente zimbabuano Robert Mugabe, que coordenou os preparativos do encontro, em associação com o embaixador britânico Tiny Rowlands.

Dhlakama

«Não ao modelo angolano»

O LÍDER da Renamo, Afonso Dhlakama, disse esta semana ao EXPRESSO em Paris que, no seu encontro com Joaquim Chissano, provavelmente a 3 de Agosto, em Roma, eval ser discutido um cessar-fogo definitivo.

Uma fonte dos observadores de negociações na capital italiana confirmou que a reunião deverá ter lugar nos princípios a 3 de Agosto, tendo as expectativas cruzadamente optimistas. «Se não houver um cessar-fogo definitivo pensamos que pelo menos poderá sair da cimeira um cessar-fogo condicional desde parecer existir, agora, das duas partes, uma maior abertura», acrescentou.

Um dos pontos que mais dificuldades levantará na cimeira será a definição do esquema de controlo do cessar-fogo. Segundo a mesma fonte, «as posições das duas partes são neste momento de certo modo antagónicas».

Joaquim Chissano terá proposto um modelo parecido com o montado em

Angola, com uma comissão de verificação conjunta na qual tenham assento os países que têm seguido as negociações — para além de Itália, Portugal, França, Grã-Bretanha e EUA.

Dhlakama defende uma posição completamente diferente. «Não queremos a modelo angolano porque, para além do mais, os países ocidentais de que se fala nunca apelaram a Renamo. Defendemos que seja a ONU a controlar a aplicação do cessar-fogo, e pedimos que sejam enviadas para o país forças militares das Nações Unidas — forças importantes e não apenas simbólicas», disse.

Nos restantes três pontos — definição dos princípios que gorirão a criação do exército único, controlo dos serviços de informação (SINAF) e suspensão de certos artigos da Constituição — as duas partes parecem estar já em vias de chegar a um acordo. «Fases que estas questões não deverão impedir a assinatura do cessar-fogo», declarou Dhlakama. A Renamo pretende suspender a aplicação dos artigos anti-democráticos e de alguns outros como é que concede ao Presidente poderes para declarar o estado de emergência.

O encontro entre os dois homens foi conseguido depois de cerca de duas semanas de diligências do presidente do Zimbábue, Robert Mugabe. Inicialmente, a cimeira estava programada para Gaborone, mas agora não passará por cima da Itália, que tem organizado desde há dois meses as negociações de paz, através por se acceitar Roma, adiantou a mesma fonte.

MÚICO SEXTA-FEIRA, 24 JULHO 1990

CIMEIRA CHISSANO-DHLAKAMA A 4 DE AGOSTO — O primeiro encontro entre o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, está definitivamente confirmado para 4 de Agosto na vila Madonna, o palácio governamental italiano, segundo afirmou ontem à Lusa, em Roma, o mediador das conversações, Mario Ruffinelli. Ruffinelli sublinhou que tem estado em contacto permanente "no mais alto nível" com todas as partes envolvidas nas preparativos da cimeira de Roma.

SEXTA-FEIRA, 27 JULHO 1990

MÚICO

Portugal intensifica cooperação militar com Maputo

DURANTE três dias, uma delegação portuguesa, chefiada pelo director-geral de Política de Defesa, general Gonçalves Ribeiro, esteve em Maputo, para avaliar com o Governo moçambicano os projectos de cooperação em curso e estudar novas modalidades de comparticipação portuguesa. Gonçalves Ribeiro — que neste momento acompanha o ministro da Defesa, António Costa Gomes, na viagem para Tunis que fez ao ministro o relato das diligências realizadas na capital moçambicana. A assembleia de transmissão a Nogueira vai no sentido de Moçambique constar com Portugal como cooperante privilegiado na reorganização das Forças Armadas e no planeamento da defesa de Moçambique. Portugal terá formulado o desejo de ver claramente posta na mesa de negociação de paz toda a matéria que diz respeito à cooperação militar e de defesa entre os dois governos. Neste momento com o estatuto de observador nas negociações, a pedido de ambas as partes em conflito, Lisboa não quer que a sua presença no terreno possa ser qualificada de marginal ou a título de excepção, caso dos 89 instrutores e monitores na Base de Nacala, no Norte do país. No planeamento prévio, elaborado pelos departamentos do Ministério da Defesa Nacional ligados à cooperação, já há "dossiers" mínimos para serem transformados em protocolos formais. Um deles refere-se à necessidade técnico-jurídica para construir o edifício legal da Defesa e Forças Armadas. ■

César Camacho

Ghebuza

«RENAMO teme a

Segurança»

A 11ª ronda negocial entre o Governo moçambicano e a Renamo foi precedida por uma série de informações optimistas, que podiam fazer esperar um acordo sobre questões militares. Um mês e meio depois do encontro, o chefe da delegação governamental, Armando Ghebuza, falou ao EXPRESSO, em Roma, sobre o estado actual das negociações.

EXPRESSO — As negociações agora existentes demonstram optimismo que sustentado há algum tempo. Armando Ghebuza — Podemos dizer que as previsões iniciais não se concretizaram. No regresso a Roma, em vez de encontrarmos imediatamente as questões militares, depois as paradas e finalmente o cessar-fogo, a Renamo introduziu discussões sobre o funcionamento da Comissão Mista de Verificações (Comive) do acordo de Dezembro de 1990 sobre o cessar-fogo, período que decorreu da Base de Nacala.

«O primeiro ponto de discussão foi a criação de uma comissão de verificação conjunta na qual tenham assento os países que têm seguido as negociações — para além de Itália, Portugal, França, Grã-Bretanha e EUA.»

Dhlakama defende uma posição completamente diferente. «Não queremos a modelo angolano porque, para além do mais, os países ocidentais de que se fala nunca apelaram a Renamo. Defendemos que seja a ONU a controlar a aplicação do cessar-fogo, e pedimos que sejam enviadas para o país forças militares das Nações Unidas — forças importantes e não apenas simbólicas», disse.

Nos restantes três pontos — definição dos princípios que gorirão a criação do exército único, controlo dos serviços de informação (SINAF) e suspensão de certos artigos da Constituição — as duas partes parecem estar já em vias de chegar a um acordo.

Fases que estas questões não deverão impedir a assinatura do cessar-fogo», declarou Dhlakama. A Renamo pretende suspender a aplicação dos artigos anti-democráticos e de alguns outros como é que concede ao Presidente poderes para declarar o estado de emergência.

O encontro entre os dois homens foi conseguido depois de cerca de duas semanas de diligências do presidente do Zimbábue, Robert Mugabe. Inicialmente, a cimeira estava programada para Gaborone, mas agora não passará por cima da Itália, que tem organizado desde há dois meses as negociações de paz, através por se acceitar Roma, adiantou a mesma fonte.

«Fases que estas questões não deverão impedir a assinatura do cessar-fogo», declarou Dhlakama. A Renamo pretende suspender a aplicação dos artigos anti-democráticos e de alguns outros como é que concede ao Presidente poderes para declarar o estado de emergência.

Perspectivas do encontro Chissano-Dhlakama

PUBLICO

DOMINGO, 23 JULHO 1982

PUBLICO 23 JULHO 1982



PUBLICO 23 JULHO 1982

Bolsa do Porto apoia Maputo

ALVES MONTEIRO, administrador-delegado da Bolsa de Valores do Porto, acaba de chegar, no Maputo, a acordo com as autoridades moçambicanas no sentido de a instituição portuguesa prestar apoio na reconstrução do sistema financeiro moçambicano, quer ao nível regulamentar, quer ao nível do mercado primário de valores e desenvolvimento do mercado secundário. Neste último, existe já um espírito de operações, particularmente relacionadas com títulos da dívida pública de Moçambique. Uma outra área em que se desenvolveram conversações foi a da formação de quadros, neste caso em colaboração com Itálicos e sul-africanos. Alves Monteiro teve reuniões com o primeiro-ministro, o ministro das Finanças e o governador do Banco Central, entre outros.

PUBLICO

DOMINGO, 23 JULHO 1982

Moçambique A paz é possível

OS INDÍCIOS que nos últimos dias nos chegaram dizem que, "em breve", o Presidente Joaquim Chissano se sentará numa mesma sala com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a fim de darem um passo decisivo no sentido de se conseguir a paz desde há muito aguardada pelas populações de Moçambique.

Depois de há duas semanas ter estado em Washington a conferenciar com entidades norte-americanas, de no sábado haver recebido em Maputo a visita do Presidente sul-africano e de no domingo ter visitado o seu homólogo do Zimbábue, Chissano mostra-se mais disponível do que anteriormente para um encontro com Dhlakama.

A nova disponibilidade verifica-se também numa altura em que em Roma estão finalmente a ser discutidas as questões militares inerentes a uma normalização da vida em Moçambique: critérios de formação de um Exército único, composição do mesmo e número de homens a englobar, depois de desmobilizada a maior parte dos forças da Frelimo e da Renamo.

PUBLICO

DOMINGO, 23 JULHO 1982

ARMAS QUÍMICAS DA RENAMO — Um relatório elaborado por peritos britânicos, a pedido do Governo de Moçambique, diz que a Renamo utilizou em Janeiro armas químicas contra o Exército, quando este tentou atacar uma base da guerrilha em Ngunwe, junto à fronteira com a África do Sul — notícia a publicação independente "Media Fax", de Maputo. No incidente em questão morreram ou foram dados como desaparecidos 80 soldados.

A pesar de toda a reserva motivada por muitas falsas esperanças que no passado se geraram quanto às hipóteses de paz naquela parte da África Austral, parece que desta vez será mesmo verdade que Chissano e Dhlakama chegaram finalmente ao diálogo, quer isso ocorra no fim deste mês ou demore ainda mais algumas semanas.

Verificada a incapacidade prática da Itália para conseguir algo de muito positivo nos mais de dois anos que já levou às conversações de Roma, é agora a altura de entrarem em cena — além dos observadores portugueses e norte-americanos — alguns estados africanos, como o Botswana, o Zimbábue e o Malawi.

Da conjugação de todas as boas vontades e da pressão que governos como o norte-americano, o sul-africano, o francês e o britânico sabem exercer sobre as duas partes é que surgirá o desejável acordo de cessar-fogo, ao que se espera dentro dos próximos meses.

"Creio que a paz pode agora chegar a qualquer altura... Sei que a Renamo aponta para o fim do ano; mas julgo que a poderemos conseguir antes", disse Chissano numa entrevista que a revista norte-americana "Newsweek" vai publicar esta semana e a que o PUBLICO já teve acesso.

Noutro ponto da entrevista, o Chefe de Estado moçambicano declarou não saber quem é que poderia agora fazer melhor do que o Presidente De Klerk, ao não se demitir, como pediu o ANC.

"PAZ EM ROMA? Só quando se calarem todas as armas em Moçambique", afirma, céptico, Viriato Silva, um moçambicano de 30 anos, ao ser interrogado sobre as perspectivas do próximo encontro, em Roma, entre o Presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Para ele, "há muitos exércitos e muitas armas no país", pelo que não acredita que a paz se desentee tão cedo no horizonte, apesar do alto nível de Roma, na primeira semana de Agosto.

O seu pessimismo é também baseado em informações surgidas na imprensa sobre a intenção da ala militar da Renamo em não depor as armas e se integrar no futuro Exército nacional, após a assinatura de um acordo de cessar-fogo.

Um desertor da Renamo, apresentado como Samuel João, revelou recentemente à imprensa moçambicana que muitos comandantes militares da sua organização tinham manifestado tal intenção numa reunião हुई em Maio com o principal delegado às conversações que têm decorrido na capital italiana, Raul Domingos.

Para muitas pessoas contactadas pelo PUBLICO em Maputo, o encontro de Chissano com Dhlakama é visto com um misto de ansiedade, esperança e cepticismo.

A guerra já faz parte do quotidiano moçambicano há longos anos e as imagens de uma situação de paz são quase quimeras, sem data marcada.

Sectores políticos da capital fazem entretanto questão de notar a mudança de tom do discurso do Presidente Joaquim Chissano ante os resultados esperados de uma reunião com o líder da Renamo: há pouco mais de um mês dizia em Lisboa que um encontro de alto nível só valeria a pena se houvesse de antemão garantias concretas de paz para Moçambique; mas agora afirma esperar que do mesmo surjam resultados que levem a um cessar-fogo e à paz.

O Chefe de Estado moçambicano já deve ter obtido de facto algumas garantias, antes de se decidir a ir a Roma, numa data que ainda não confirmou mas que segundo os italianos será 3 ou 4 de Agosto — dizem aquelas fontes, segundo as quais as autoridades norte-americanas e o Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, poderiam ter feito chegar a mensagem de que Dhlakama está pronto para um compromisso.

Notícias da capital italiana dão conta de um certo mal-estar entre os mediantes, por a primeira ter sido organizada por Mugabe, à sua revelia. Mas Chissano sublinhou que a prevista reunião não significa de modo algum a subalternização das negociações que desde há mais de dois anos têm vindo a decorrer na comunidade católica de Santo Egídio.

Yvesa Lima, em Maputo

Entrevista com Mark Latham, director de operações do World Food Programme em Moçambique

"Se não houver paz, morrer-se-á simplesmente de fome"

Vera Gonçalves,
em Roma

Em Moçambique morre-se de fome devido à seca e devido à guerra, e sem sequer há sementes para a próxima sementeira. A comunidade internacional tenta ajudar. Mas, como explica Mark Latham, nem sempre é fácil, sobretudo quando a guerra continua e os acordos são frágeis.

PÚBLICO — Qual será o primeiro passo a ser dado pelo WFP em Moçambique em relação ao acordo assinado há dois dias em Roma?

MARK LATHAM — A primeira coisa que deveremos fazer, seguindo a orientação do acordo, é estabelecer um comité em Maputo, coordenado pelas Nações Unidas e com a participação dos intermediários das negociações e dos observadores búlgaros, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Portugal e Itália. Este comité terá a responsabilidade de coordenar e controlar a distribuição de ajuda humanitária em Moçambique. Este é apenas o primeiro passo. Há um acordo para que a assistência humanitária seja feita sob os auspícios das Nações Unidas ou da Cruz Vermelha Internacional opere livremente.

A primeira coisa que faremos é organizar transportes para certas partes do país onde os veículos não podem chegar pela falta de rodovia. Organizaremos comboios de camiões que sejam garantidos pelas Nações Unidas. Colocaremos bandeiras da ONU nesses camiões, para mostrar que eles pertencem às Nações Unidas, e provavelmente teremos que providenciar oficiais da ONU para os escótar. Devo esclarecer que não haverá nenhum tipo de escolta militar, a escolta da ONU não é armada. Teremos que antecipadamente avisar o Governo e a Renamo que estes camiões estarão a ir de um determinado lugar para outro, num determinado dia. Se o acordo assinado há

dois dias funcionar, esses camiões deverão chegar aos seus destinos.

P. — Quais são as zonas onde o WFP concentra a sua ajuda humanitária para Moçambique?

R. — O sistema que citei acima deverá ser posto em prática em todas as partes do país onde for fisicamente possível viajar. Algumas zonas são inatingíveis pela falta de estradas, ou porque uma ponte está destruída e não permite que se continue a viagem, ou porque podem haver minas nas estradas. Isso significa que teremos também que ver o que podemos fazer para efectuar os transportes nessas vias.

Algumas áreas terão que ser auxiliadas através de pontes aéreas. A principal novidade desse acordo é que será permitido o fornecimento de ajuda humanitária dentro das zonas controladas pela Renamo, onde até agora nunca tinha sido possível chegar porque a Renamo nunca havia dado permissão, e o Governo não nos autorizava a efectuar operações aéreas para essas regiões. Apenas a Cruz Vermelha tinha feito algumas operações limitadas nessas áreas, através de acordo com ambas as partes, mas mesmo assim nunca foi autorizada a entrar em determinados territórios e, portanto, a ajuda era sempre limitada a pequenas quantidades de alimentos. Como as pessoas necessitam urgentemente de alimentos para continuarem vivas, teremos que estudar qual será o melhor canal de acesso, a melhor maneira de levar ajuda a essas áreas sob controlo da Renamo.

No início, a Renamo permitirá o acesso apenas através de estradas que vêm do exterior de Moçambique. Isso é resultante da falta de confiança que eles têm no Governo: não usar estradas que possam servir de via militar para o Governo. Esse tem sido sempre o medo deles. Acreditam que a única maneira de se defenderem é isolando-se.

P. — O senhor acredita que a Renamo colocará algum tipo de resistência, que poderá dificultar o acesso dessas camiões?

R. — Eles acreditam que uma das maneiras de se protegerem é cortando todas as comunicações por terra. Têm medo que o exercício aproveitado para seguir esses camiões que transportarão ajuda humanitária. Inicialmente, permitirão o acesso apenas por estradas que

venham do Zimbabué e do Malawi porque o exército não poderá utilizar essas mesmas estradas. Mas isso não é tão simples quanto pode parecer, porque mesmo essas estão destruídas ou minadas. É preciso, antes, avaliar as condições físicas dessas vias.

Como ninguém esteve antes nas áreas controladas pela Renamo, uma das primeiras tarefas é ir até lá para ver quantas pessoas precisam de ajuda, como vivem, do que necessitam e como poderemos chegar até elas.

Não acredito que a Renamo esteja disposta a um acordo sobre o uso de estradas nacionais, de acesso através das estradas que começam em Moçambique, antes de iniciarmos as nossas actividades. Apenas quando eles constatarem que o Governo vai honrar o seu compromisso é que deverá haver uma confiança maior. Será um exercício de aumento de confiança para ambos os lados, o que poderá auxiliar o processo de paz. A assistência humanitária é imprescindível hoje em Moçambique.

P. — Qual é a capacidade de actuação do WFP?

R. — Temos uma grande responsabilidade, mas isso é o que sempre pedimos durante anos a ambas as partes. Segundo as nossas previsões, no período de Maio deste ano até o final de Abril de 1993, há necessidade de meio milhão de toneladas de alimentos, mas esse número não inclui as pessoas que vivem nas áreas controladas pela Renamo. Portanto, essa quantidade terá que aumentar, mas teremos antes que verificar em quanto.

P. — Que perspectivas vê para a situação do país e das negociações de paz?

R. — O país vive uma das suas piores secas conhecidas e faltam sementes para as próximas plantações. Mesmo quando se chegar a um acordo de paz, precisaremos de continuar a auxiliar as pessoas que voltam a viver nos seus locais de origem. Teremos que reconstruir o país, fornecer as infra-estruturas necessárias.

Infelizmente, parece-me que a seca terá importância nesse processo de paz, porque, caso não se chegue a um acordo de paz, as pessoas simplesmente morrerão de fome.

“É preciso ter a coragem de medidas que agravam as condições de vida”

ENTREVISTA

Consciência Livre

Na sua primeira entrevista a um jornal português desde que há pouco mais de dois meses tomou posse como primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, o ex-governador português Norberto Costa Alegre, de 41 anos, diz que “é preciso ter a coragem” de adoptar medidas “às incógnitas” como a aumento do preço dos combustíveis e a despedida de funcionários públicos.

Norberto Costa Alegre, primeiro-ministro não-tomense desde 15 de Maio último, é hoje recebido, pela primeira vez, pelo seu antigo português, Aníbal Cavaco Silva, no regresso de uma viagem que efectuou a Genebra, para se reunir com os doadores internacionais que têm permitido a vida do seu país.

Horas antes, falou nos seus prioridades do seu Governo (que tem o patrocínio do Banco Mundial e da Fundação Monetário Internacional), do agravamento do custo de vida em São Tomé e Príncipe, da reforma da administração pública, do paragem da dívida externa, do relaxamento da economia, das relações com o Presidente Miguel Trovoada e de mais alguns pontos, incluindo uma lapidação ao antigo regime, Manuel Pinto da Costa.

PÚBLICO — Quais são as prioridades do seu Governo?

COSTA ALEGRE — Entre as prioridades do Governo está, antes de tudo, a reactivação do funcionamento da Administração, entendendo-se por isso a ultrapaixão de uma certa paralisia que se instalou no país durante a crise política que durou aproximadamente três meses. Estamos a continuarmos a fazer esforços no sentido de um aperfeiçoamento contínuo do diálogo entre as forças políticas e sociais, com as responsabilidades para as instituições administrativas, com as agências económicas, sociais, até à sociedade

civil, de modo a que haja um melhor entendimento e uma melhor cooperação.

Outra prioridade é o lançamento e execução de uma série de medidas que permitam alcançar os objectos do Programa de Ajustamento Estrutural e que amonstrem o apuramento. O programa tem vindo a ser aplicado desde 1987, mediante altos e baixos e com resultados positivos — a sua aplicação desde 1991. A recente reunião que tivemos em Genebra com os nossos parceiros económicos prova que a forma como temos vindo a aplicar o programa permitiu que ganhássemos a confiança dos credores. A reabilitação das infra-estruturas é outra condição básica para o relaxamento do país, e que pressupõe, para além de grandes esforços financeiros, esforços organizativos, uma efectiva capacidade de acompanhamento e de fiscalização das projectos e uma reestruturação da Administração, de modo a que as prioridades definidas pelo Governo sejam como tal respeitadas e executadas.

Linha de continuidade

P. — Em que aspectos difere o programa do seu Governo do do anterior executivo, chefiado por Daniel Duhal?

R. — Há uma linha básica de continuidade entre o programa do R Governo e o



do Governo anterior. A principal diferença radica na preocupação que tivemos de definir com maior clareza as grandes opções a serem levadas a cabo e a estabelecer de forma mais explícita uma agenda de prioridades. Nessa agenda incluem-se o processo de distribuição de terras e a reforma dos sistemas financeiro e aduaneiro, que

vão implicar de um desenvolvimento sustentado da economia.
P. — De tudo isto, o que é que já está a ser implementado?
R. — A título exemplificativo, falamos de três áreas separadas para jovens que terminaram o ensino secundário, cujo objectivo é aproveitar-las para o primeiro

emprego. São áreas de contabilidade, gestão e administração. Um já está a decorrer, deverá terminar no final do ano, estando previstos outros quatro para os próximos dois anos. A taxa de desemprego atingem hoje os 20 por cento e pretendo sobretudo a camada mais jovem, o que tem de constituir uma preocupação e uma prioridade para o meu Governo.
P. — Uma das primeiras medidas que tomou foi promover a novas manifestações das forças de combate à corrupção. O agravamento do custo de vida decorrente de medidas desta natureza não irá afundar ainda mais a base popular de apoio do seu Governo?
R. — É preciso ter a coragem de adoptar estas medidas, que são incógnitas e que correspondem a opções de fundo que têm de ser feitas. Não somos um caso excepcional, a maioria dos países do Terceiro Mundo vê-se e lida com programas similares que visam atender aos graves desequilíbrios resultantes do facto das populações locais não chegarem sequer para cobrir as necessidades mais imediatas, no momento do domínio do desenvolvimento económico.

vezes a mais a base popular de apoio do Governo constituído pelo Partido da Convergência Democrática (PCD). Naturalmente que não são medidas simpáticas, mas têm vindo um esforço para explicar a sua razão de ser e para que se entenda a sua inevitabilidade.

Alternativas de segurança

P. — Não surge que tais medidas correspondem a um agravamento das condições de vida da população?

R. — Não, não surge, mas é absolutamente indispensável descobrir mecanismos que ofereçam alternativas de segurança às pessoas, pois que se torna necessário apontar não só medidas fortes, mas um dimensionamento realístico dos problemas. É preciso investir em sectores efectivamente produtivos, para se relaxar a economia, criar novos postos de emprego e levar as bases de um futuro progressivamente menos escuro. Temos, para começar, tudo isso, que recorrer à ajuda externa e a ajuda técnica é necessário.

P. — A reforma da Administração Pública, no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural, irá conduzir ao despedimento — calcula-se — de pelo menos duas mil pessoas.

R. — Está mais bem informada do que eu. Neste momento, não há poderes para emitir números com precisão, porque os estudos de fundamentação ainda não foram concluídos. O que não se pode questionar é a necessidade urgente de racionalização das coisas disponíveis, o que não é compatível com uma máquina pesada e ineficiente. Isto é válido para a Administração Pública e para todos os sectores da vida nacional.

P. — Quais foram os resultados concretos da reunião que efectuou em Genebra com os doadores internacionais?

R. — Foi uma boa reunião movida por duas preocupações fundamentais: alargar e para da dívida (215 milhões de dólares) e conseguir a cobertura das dívidas de funcionamento da banca de pagamento. Substancialmente não houve mudanças no documento de política económica.

República do cacau

RÃO TOMÉ e Príncipe é um pequeno país africano de 964 quilómetros quadrados, situado sobre a linha do Equador e com uma população de 120.000 habitantes, cujo rendimento médio não vai acima dos 350 dólares, ou seja, é bem inferior a um décimo do português.

Quase 80 por cento das exportações têm sido de cacau, um produto cujo valor não para de diminuir no mercado internacional desde que o país se tornou independente, em 1975. Não também há café e roça, que há pouco e certas espécies especialmente para os países da Comunidade Europeia.

Uma vez que a produção de cacau é hoje muito inferior à de há 30 ou 40 anos, que as plantações não foram renovadas e que as autoridades não agiram nada fizeram para diversificar a economia, a agricultura vive em extremas dificuldades e o seu aspecto geral (supercrescimento agrícola, estradas, prédios...) é bem pior do que se pode que apresentava nos últimos anos da administração anterior portuguesa.

As pessoas poderão ser uma importante fonte de alimentação dos não-tomenses e, até mesmo, da aquisição de divisas; tal como o turismo também apresenta um certo potencial. Mas para isso é preciso

que o regime multipartidário iniciado em um passado seja muito mais dinâmico do que o foi o sistema do partido único que vigorou desde 1975, que não liberalizar a fundo a economia e atrair investimentos estrangeiros.

É isso e actual tarefa de Norberto Costa Alegre, que temo posse há dois meses e que sucede ao primeiro-ministro Daniel Duhal, afastado em Abril pelo Presidente Miguel Trovoada, que tem sobejos difíceis com o Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das eleições legislativas de 20 de Janeiro de um partido, a J.R.

os para 82-84 e peso distribuído que em relação a uma e outra questão encontrámos compreensão. Acordou-se no estabelecimento de contactos a nível bilateral.

Portugal perdido

P. — Sobretudo que Portugal decidiu nunca reunir perdurar a dívida não-tomense.

R. — Portugal é o nosso principal credor e agrade-me dizer que foi a parte que assumiu a posição mais clara e mais positiva, o que motivou os outros parceiros presentes. Quanto a portugueses, serão objecto de discussões bilaterais.

P. — Não esquecerem com vista ao relaxamento da economia, qual é o lugar da vital sector agrícola?

R. — Antes de tudo, é

necessário manter. Conseguimos mobilizar vários parceiros multilaterais e bilaterais que nos asseguraram já várias vezes avaliados de financiamento. A agenda na Reforma Agrária permitiria nos que trabalharam a terra extrair mais benefícios directos. Em termos de legislação de base, o Governo aprovou e submeteu ao Parlamento e loi que irá regular o processo de distribuição de terras e que estabelece condições de elegibilidade dos candidatos, bem como a lei-quarta das privatisações. Sublinho aqui a perfeita consciência que temos da dependência que existe em relação ao cacau (cerca de 80 por cento das nossas receitas) e que essa situação tem de ser corrigida. A diversificação da agricultura tem-se no âmbito mais vasto da diversificação da economia e daí a nossa

aposta na reabilitação das infra-estruturas de base, tendo em de apoio à produção complexas sociais.

As parcerias e o turismo são duas apostas de fundo. As parcerias representam já a segunda fonte de receitas do país e estamos a criar condições para o seu permanente reforço. Quanto ao turismo, tentamos que alargar e melhorar as infra-estruturas hoteleiras, de modo a incentivar a intervenção do capital privado, quer nacional quer estrangeiro. Já foi aprovado o novo código de investimentos.

P. — O problema de energia é um óbice ao desenvolvimento do turismo.

R. — É um sério do desenvolvimento do país. Por isso, em Genebra concluímos que se tornam fundamentais, para além de recursos sobre a dívida, efectuar reuniões sectoriais. A primeira a ter lugar será justamente a de sector de Água e Energia.

do... o que pressupõe a definição a o respeito do âmbito das respectivas competências. Esse esforço de concertação, que visa todos os órgãos de soberania e a sociedade civil em geral, tem sido os melhores resultados.

Relações com Trovoada

P. — Há rumores de um “pacto de não agressão” entre o seu Governo e o Presidente da República.

R. — Falar-se em pacto distorce a realidade. É certo que o relacionamento entre os duas entidades mudou na II República momentos de tensão, resultantes do não reconhecimento do novo regime. O PCD tem-se esforçado para que haja entendimento, para que haja concertação, de modo a que cada um assumo de melhor maneira possível a parte que lhe cabe nos esforços de revitalização da economia, do país, do Esta-

do... o que pressupõe a definição a o respeito do âmbito das respectivas competências. Esse esforço de concertação, que visa todos os órgãos de soberania e a sociedade civil em geral, tem sido os melhores resultados.

P. — A crise que enfrenta à queda do anterior Governo está ultrapassada?

R. — Há muito.
P. — Quais foram os resultados das recentes negociações entre o PCD e o principal partido da oposição, o MLSTP?

R. — Lessonet, mas sobejos difíceis com o Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das eleições legislativas de 20 de Janeiro de um partido, a J.R.

do... o que pressupõe a definição a o respeito do âmbito das respectivas competências. Esse esforço de concertação, que visa todos os órgãos de soberania e a sociedade civil em geral, tem sido os melhores resultados.

P. — Foi uma boa reunião movida por duas preocupações fundamentais: alargar e para da dívida (215 milhões de dólares) e conseguir a cobertura das dívidas de funcionamento da banca de pagamento. Substancialmente não houve mudanças no documento de política económica.

P. — Há rumores de um “pacto de não agressão” entre o seu Governo e o Presidente da República.

R. — Falar-se em pacto distorce a realidade. É certo que o relacionamento entre os duas entidades mudou na II República momentos de tensão, resultantes do não reconhecimento do novo regime. O PCD tem-se esforçado para que haja entendimento, para que haja concertação, de modo a que cada um assumo de melhor maneira possível a parte que lhe cabe nos esforços de revitalização da economia, do país, do Esta-

do... o que pressupõe a definição a o respeito do âmbito das respectivas competências. Esse esforço de concertação, que visa todos os órgãos de soberania e a sociedade civil em geral, tem sido os melhores resultados.

Vance iniciou missão na África do Sul

O ENVIADO especial do secretário-geral das Nações Unidas, o norte-americano Cyrus Vance, que foi secretário de Estado do Presidente Carter e que conta já 75 anos, chegou ontem à tarde à África do Sul, onde durante dez dias vai estudar a situação e tentar desbloquear do processo negocial.

A chegada, o envio de Buthe-Chali disse ter esperança em que a sua missão possa contribuir para acabar com a violência e para que se reente a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa).

A combinação da sua visita e de diversas outras atitudes por parte dos diversos parceiros da cena política sul-africana poderá fazer com que, no mês de Agosto, se avance finalmente no sentido de se conseguir um Governo de Unidade Nacional e de se promover, dentro do seis ou sete meses, a eleição de uma Assembleia Constituinte.

O Governo de Frederik de Klerk reúne-se amanhã e depois, a fim de dar mais alguma pance que acabem com o bloqueio das negociações, pois entende que a situação de conflito permanente com o ANC e as organizações a ele associadas é absolutamente desnecessária.

Segundo o jornal "The Star", de Joanesburgo, o Governo vai tentar, na reunião desta semana, aproximar as suas posi-

ções das do movimento chefiado por Nelson Mandela, para que o recomeço da Codese seja possível e assim se comecem a delinear as futuras estruturas constitucionais da África do Sul.

Mandela namora os zulus

Entretanto, uma delegação do alto nível do ANC entregou ontem uma mensagem de Mandela ao rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, solicitando-lhe uma audiência.

Segundo um comunicado distribuído em Umtata, capital do bantustão KwaZulu, o soberano manifestou-se preocupado com a violência que tem havido na África do Sul e com a dimensão étnica da mesma.

A tentativa de Mandela de falar directamente com o rei Goodwill vem na sequência das suas relações difíceis com o primeiro-ministro do KwaZulu, e chefe do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelesi.

Enquanto isto, ainda na segunda-feira, mais de 360 pessoas foram detidas quando das manifestações organizadas pelo ANC e que reuniram uma 16.000 impetizantes.

A maior parte dos dias de protesto contra o Governo decorreu sem incidentes, mas no "ghetto" negro de Kagiso, a ocidente de Joanesburgo, alguns manifestantes apedrejaram polícias.

Estas manifestações inscrevem-se no quadro das "acções de massas" com que o ANC pretende apressar a passagem de um Governo só de brancos para um que seja representativo de todas as etnias.

Companhia de Harlem na África do Sul

A COMPANHIA nova-iorquina Dance Theatre de Harlem, formada principalmente por bailarinos negros, anunciou ontem que ia realizar, pela primeira vez em Setembro, espectáculos na África do Sul. Um contrato de três semanas foi assinado entre a companhia — formada por 50 bailarinos, entre os quais se contam vários negros de origem sul-africana — e o Civic Theatre, de Joanesburgo, disse o seu fundador e director artístico, Arthur Mitchell. Este responsável declarou que decidira contratar a companhia norte-americana depois de ter consultado associações negras e outras organizações na África do Sul e nos Estados Unidos.

QUARTA-FEIRA, 22 JULHO 1988

A EXPLOSAO que muitos continuam a prognosticar para a África do Sul ainda não se registou, mas a violência continua ali a fazer parte do quotidiano. Em Joanesburgo, um polícia aponta a sua arma para os manifestantes que, na quarta-feira, se concentraram frente a um tribunal no âmbito da semana de protestos convocada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), o Congresso dos Sindicatos sul-africanos (COSATU) e o Partido Comunista. Ontem, o número de detidos ultrapassava já os mil. O ANC e os seus aliados decidiram convocar uma greve geral para os dias 2 e 4 de Agosto para forçar o Governo de Frederik de Klerk a adoptar medidas concretas contra a violência e a aceitar um Executivo multirracial. Os dois dias de greve deverão ser prolongados por manifestações e concentrações simbólicas a realizarem-se durante toda a primeira semana de Agosto, numa acção que os seus organizadores classificam como "sem precedentes". Sobre a violência é também o relatório, ontem divulgado, que o Governo de Pretória pediu a especialistas britânicos e no qual estes denunciavam as "carências" da polícia no inquérito sobre o massacre de Boipatong, a 17 de Junho, que se saldou na morte de 45 pessoas. O relatório lênta a polícia das acusações de cumplicidade, mas adianta que "a falta de pessoas e o uso inadequado do pessoal disponível permitiram que o massacre fosse perpetrado".

De Klerk deseja eleições

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, disse ontem que a sua intenção imediata é efectuar eleições para um Governo provisório de Unidade Nacional e para uma Assembleia Constituinte, mas que isso só poderá acontecer depois de concluídas as negociações entre os diferentes grupos políticos e sociais. A declaração favorável ao recomeço do diálogo com o ANC e as demais partes surgiu depois de o Governo se ter reunido durante dois dias para estudar a pior crise política das últimas duas anos, e enquanto milhares de partidários de Nelson Mandela detelhavam frente a edifícios públicos, exigindo o fim do monopólio do poder pela minoria branca.